

Nota Técnica nº 47

24 DE ABRIL DE 2021

A LOA 2021 e o novo cenário fiscal do governo

Felipe Salto
Daniel Couri
Pedro Henrique Souza

SENADO FEDERAL

Presidente do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE

Diretor-Executivo

Felipe Scudeler Salto

Diretores

Daniel Veloso Couri

Josué Alfredo Pellegrini

Analistas

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi

Alexandre Augusto Seijas de Andrade

Luiza Muniz Navarro Mesquita

Pedro Henrique Oliveira de Souza

Rafael da Rocha Mendonça Bacciotti

Estagiários

Maria Vitória da Silva

Vinícius Quintanilha Nunes

Layout do relatório

COMAP/SECOM e SEFPRO/SEGRAF

A LOA 2021 e o novo cenário fiscal do governo

Felipe Salto¹, Daniel Couri² e Pedro Henrique Souza³

A primeira parte deste trabalho traz o histórico e o contexto em que se deram os vetos à LOA e o bloqueio de dotações para cumprimento do teto de gastos. A Parte II apresenta os dados finais da LOA sancionada, as projeções do governo contidas nos relatórios de avaliação orçamentária mais recentes e as estimativas fiscais da IFI no cenário base. A comparação permite observar como os vetos promovidos na LOA e o decreto de contingenciamento levaram à readequação dos cenários do governo às regras fiscais vigentes. Na parte III, discutem-se os dados dos vetos e contingenciamentos em detalhe.

I – Histórico e contexto

O Orçamento da União para 2021 (LOA 2021) não foi aprovado dentro da sessão legislativa de 2020. Conforme temos comentado em trabalhos anteriores⁴, a publicação do Orçamento já no decorrer do exercício é regra e não exceção. Nos últimos vinte anos, em apenas dois a LOA foi publicada até dezembro. Na maior parte dos casos, a publicação ocorreu já em janeiro. Em dois exercícios, a publicação se deu em abril: no dia 4, em 2013, e no dia 20, em 2015. O atraso de 2021 só perde para o de 2006, quando o Orçamento foi publicado no dia 16 de maio.

A aprovação do Orçamento, já no decorrer do exercício, mina o planejamento das unidades orçamentárias para o ano, que ficam sujeitas às incertezas do processo legislativo e às regras mais restritivas de execução provisória do projeto de lei (definidas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO). Em geral, o atraso compromete também a própria tramitação do projeto de lei orçamentária, pois tende a comprimir o prazo que o Congresso tem para apreciar a proposta enviada pelo Executivo.

Esses efeitos do atraso na aprovação do Orçamento têm sido amplamente sentidos em 2021 e, em alguma medida, contribuíram para o imbróglcio envolvendo as emendas parlamentares. Cabe lembrar que ainda há o agravante de 30% das despesas primárias estarem condicionados à autorização do Congresso, por maioria absoluta, em função do desequilíbrio da regra de ouro⁵. O condicionamento de gastos colocou em risco a execução de serviços públicos no início do ano e culminou na aprovação da Lei nº 14.127/2021.

Esse é o contexto em que se deu a apresentação e votação do relatório final do Orçamento para este ano. O relatório foi recebido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 22 de março. No dia 25 de março, o relator-geral apresentou complementação de voto em que foram acrescidos R\$ 26,5 bilhões em despesas discricionárias marcadas como: emendas de relator-geral (R\$ 26,0 bilhões), de comissão (R\$ 198 milhões) e demais (R\$ 254 milhões). A fonte para os acréscimos foi o cancelamento de despesas obrigatórias, a saber: R\$ 7,4 bilhões do abono salarial; R\$ 2,6 bilhões do seguro desemprego; R\$ 13,5 bilhões dos benefícios previdenciários; e R\$ 2,5 bilhões em subsídios e subvenções.

Ocorre que as dotações dos referidos gastos obrigatórios, após os cancelamentos, ficaram descoladas da realidade para o exercício. O corte de R\$ 10 bilhões no abono salarial e no seguro desemprego, por exemplo, decorreram da alteração no cronograma de pagamento dessas despesas, autorizado pelo CODEFAT, mas ainda pendente de lei ou medida provisória.

Dos

¹ Diretor-Executivo da IFI.

² Diretor da IFI.

³ Analista da IFI.

⁴ Ver os Relatórios de Acompanhamento Fiscal (RAF) de dez/20 e jan/21, respectivamente, nestes links – https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580954/RAF47_DEZ2020.pdf e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48_JAN2021.pdf.

⁵ Ver o RAF de set/20 aqui - https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/576808/RAF44_SET2020.pdf.

R\$ 13,5 bilhões cancelados nos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), R\$ 4 bilhões ficaram condicionados a lei ou medida provisória que redefina a concessão de auxílio doença.

A correção dos acréscimos, em desacordo com as projeções mais recentes do Poder Executivo, se deu pelas medidas adotadas nos últimos dias e que serão analisadas nos tópicos a seguir.

II – Dados fiscais consolidados após cortes e contingenciamentos orçamentários

A Tabela 1 traz os dados da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso (autógrafo) comparados aos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), do Relatório Final da Comissão Mista de Orçamento (CMO), dos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) de março e de abril (extemporâneo) e do cenário base da IFI.

A principal alteração observada entre a coluna “Autógrafo” e “Relatório extemporâneo” é a redução de R\$ 29 bilhões nas despesas discricionárias. O relatório extemporâneo e o decreto de contingenciamento, combinados com os vetos realizados na LOA, produzem um ajuste que torna o quadro fiscal do governo compatível com a meta de resultado primário e o teto de gastos, na visão do Poder Executivo. Isso acontece mesmo na presença de despesas obrigatórias mais altas em relação ao autógrafo.

De acordo com o RARDP extemporâneo, o teto de gastos será cumprido. Os cortes e contingenciamentos realizados sobre o quadro da LOA aprovada pelo Congresso poderão garantir a concretização desse cenário. O teto de gastos, de acordo com as projeções atuais da IFI, tem risco moderado de ser rompido em 2021. Vale dizer, com a aprovação da LOA, a projeção de rompimento do teto passou a R\$ 31,9 bilhões, como discutido na Nota Técnica nº 46, de 29 de março de 2021⁶. Os ajustes ora apresentados parecem resolver o problema, mas contratam novos riscos, dados os cortes promovidos nas despesas discricionárias do Executivo.

TABELA 1. DADOS FISCAIS NAS VÁRIAS ETAPAS DO ORÇAMENTO, RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO BIMESTRAL E IFI (R\$ BILHÕES)

| Discriminação | 2020 | | 2021 | | | | |
|-----------------------------|-----------|---------|--------------------------------------------------------|-----------|------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------|
| | Realizado | PLOA | Relatório Final antes da complementação de voto (CMO)* | Autógrafo | Relatório bimestral (mar/21) | Relatório extemporâneo + Decreto 10.686 + Veto (abr/21) | IFI – Cenário Base (fev/21) |
| Receita total | 1.467,8 | 1.560,1 | 1.595,4 | 1.595,4 | 1.643,6 | 1.643,6 | 1.635,9 |
| Transferências a E&M | 263,8 | 276,9 | 293,9 | 293,3 | 298,6 | 298,6 | 302,6 |
| Receita Líquida | 1.203,9 | 1.283,2 | 1.301,5 | 1.302,1 | 1.345,0 | 1.345,0 | 1.333,3 |
| Despesa Primária | 1.947,0 | 1.516,8 | 1.516,8 | 1.516,8 | 1.571,3 | 1.631,1 | 1.580,4 |
| Obrigatórias | 1.838,8 | 1.420,7 | 1.403,7 | 1.377,7 | 1.475,2 | 1.521,0 | 1.476,1 |
| Previdência | 663,9 | 704,4 | 704,4 | 690,9 | 712,9 | 707,2 | 704,5 |
| Pessoal | 321,3 | 337,3 | 337,3 | 337,3 | 335,3 | 335,4 | 338,1 |
| Abono e Seguro | 59,6 | 58,9 | 58,9 | 48,9 | 61,0 | 51,5 | 61,2 |
| BPC | 62,7 | 66,1 | 66,1 | 66,1 | 67,1 | 67,1 | 66,9 |
| Bolsa Família | 19,1 | 34,9 | 34,3 | 34,3 | 34,9 | 34,9 | 34,9 |
| Demais obrigatórias | 712,3 | 219,1 | 202,5 | 200,0 | 264,0 | 325,0 | 270,5 |
| Discricionárias (Executivo) | 108,2 | 96,1 | 113,1 | 139,1 | 112,4 | 110,1 | 104,3 |
| Resultado primário | -743,1 | -233,6 | -215,3 | -214,7 | -226,2 | -286,0 | -247,1 |

* A coluna “Relatório Final antes da complementação de voto (CMO)” foi construída com base em dados organizados pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, e refere-se ao relatório sem incorporação dos cancelamentos e acréscimos do complemento de voto.

Elaboração: IFI.⁷

⁶ NT nº 46 disponível aqui: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/pasta-notas-tecnicas/2021/marco/nota-tecnica-no-46-projecoes-finais-para-o-orcamento-federal-de-2021-mar-2020>.

⁷ Com dados do: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de março (https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:38084), Relatório final da CMO

Na Tabela 2, apresentam-se os dados realizados das despesas discricionárias e as suas aberturas, por RP (classificação orçamentária), bem como para o PLOA, o autógrafo e a LOA sancionada, incorporando ainda os bloqueios contidos no decreto de contingenciamento editado conjuntamente com o Orçamento (Decreto nº 10.686/2021).

As despesas discricionárias não decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas (RP 2) totalizam R\$ 74,6 bilhões, o menor patamar da série. Sob esse aspecto, o risco de “shutdwon” mostra-se elevado. Na verdade, uma série de políticas públicas já têm passado por redução dos seus orçamentos. Vale dizer, a paralisação não é binária, pode acontecer ao longo do tempo. O risco de que esse processo se acentue, em 2021, é elevado.

TABELA 2. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (R\$ BILHÕES)

| Discricionárias por RP (identificador de resultado primário) | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------|
| | Realizado | | | | | PLOA | Autógrafo | Após Decreto 10.686 e Veto (abr/21) |
| RP 2 Não decorrentes de emendas | 95,6 | 83,6 | 97,2 | 130,9 | 482,5 | 112,4 | 91,7 | 74,6 |
| RP 3 PAC | 42,0 | 29,3 | 27,3 | 26,8 | 5,9 | - | - | - |
| RP 6 Emendas individuais | 4,9 | 4,5 | 7,9 | 7,4 | 9,3 | - | 9,7 | 9,7 |
| RP 7 Emendas de bancada | - | 0,8 | 2,2 | 2,7 | 5,1 | - | 7,3 | 7,3 |
| RP 8 Emendas de comissão | - | - | - | - | 0,3 | - | 1,4 | - |
| RP 9 Emendas de relator-geral | - | - | - | - | 7,0 | - | 29,0 | 18,6 |
| Total | 142,5 | 118,2 | 134,5 | 167,8 | 510,0 | 112,4 | 139,1 | 110,1 |

Notas:

1. Os R\$ 112,4 bilhões de demais discricionárias (RP 2) na coluna relativa ao PLOA inclui R\$ 16,3 bilhões a título de reserva de contingência primária para atendimento de emendas parlamentares.

2. Os valores para emendas de bancada (RP 7) e de comissão (RP 8) na coluna relativa ao autógrafo foram extraídos do Raio-X do Orçamento 2021, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

Fontes: Siga Brasil (dados realizados de 2016 a 2020 e PLOA 2021), Relatório Final da CMO (dados relativos ao Autógrafo), Decreto 10.686/2021 e Mensagem do Presidente da República nº 156/2021 (vetos à LOA 2021).

III Detalhamento dos cortes e do contingenciamento

O Presidente da República realizou vetos e bloqueios de dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Conforme mencionado na seção anterior, a LOA aprovada embutia risco elevado de rompimento do teto de gastos, calculado pela IFI em R\$ 31,9 bilhões na NT 46⁸. Os vetos e o decreto de contingenciamento apontam uma contenção de R\$ 29,1 bilhões, valor próximo da necessidade indicada na NT de março.

Os vetos da LOA – Mensagem nº 156, de 22 de abril de 2021 – concentraram-se em despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 7,84 bilhões), emendas de comissão (R\$ 1,44 bilhão) e emendas de relator-geral (R\$ 10,5 bilhões). Por sua vez, os contingenciamentos – Decreto nº 10.686/2021 – deram-se nas despesas discricionárias do Executivo (R\$ 9,3 bilhões). Ainda que os cortes representem valor bastante similar ao estimado pela IFI para o cumprimento do teto de gastos, em 2021, sua composição poderá levar a um risco elevado de “shutdown”, isto é, de prejuízo a políticas públicas essenciais, como já dito. Os dados apresentados nesta seção ajudam a compreender a dimensão desse problema.

(https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/rel_final/consolidado.pdf), Relatório das receitas da CMO (http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/par_receita/01_Rel_Receita.pdf), Complemento de voto do relator do PLOA 2021 (http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/rel_final/complementacao.pdf) e Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro (<https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2021/fevereiro-1/raf-relatorio-de-acompanhamento-fiscal-fev-2021>).

⁸ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/586456/NT46.pdf>.

III.1 Visão geral dos cortes e do contingenciamento

Na Tabela 3, estão listadas das despesas discricionárias e emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, os vetos em cada classificação de despesa e os bloqueios de dotações⁹.

Ao todo, foram vetados R\$ 19,8 bilhões em despesas primárias, principalmente no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (R\$ 8,7 bilhões; 50,9% do orçamento aprovado para a pasta), do Ministério da Infraestrutura (R\$ 2,8 bilhões; 27,6% do orçamento aprovado para a pasta) e do Ministério da Saúde (R\$ 2,2 bilhões; 8,7% do orçamento aprovado para a pasta).

As despesas primárias discricionárias não decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas (RP 2) foram vetadas em R\$ 7,8 bilhões. Os maiores cortes ocorreram nos Ministérios do Desenvolvimento Regional (R\$ 2,7 bilhões), da Defesa (R\$ 1,6 bilhão) e da Infraestrutura (R\$ 1,3 bilhão). No âmbito das emendas de relator-geral (RP 9), foram vetados R\$ 10,5 bilhões. O maior corte foi de R\$ 5,5 bilhões no Ministério do Desenvolvimento Regional (32,4% do orçamento aprovado para o Ministério). Dessa forma, considerando apenas os vetos (sem os bloqueios do decreto de contingenciamento), houve uma diminuição de 14,5% no orçamento das despesas discricionárias, emendas de comissão e de relator-geral.

No que diz respeito aos bloqueios de dotações determinados pelo Decreto nº 10.686/2021, o corte total foi de R\$ 9,3 bilhões nas despesas discricionárias não decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas (RP 2). O maior bloqueio de dotações ocorreu no Ministério da Educação, com R\$ 2,7 bilhões (19,7% das despesas aprovadas). O segundo maior bloqueio ocorreu no Ministério da Economia, com R\$ 1,4 bilhão (23,2% das despesas aprovadas), seguido pelo Ministério da Defesa, com R\$ 1,4 bilhão (11,7% das despesas aprovadas). Considerando-se apenas os bloqueios, houve uma queda de 7% nas despesas.

Dessa forma, a soma de vetos e de bloqueios totalizou R\$ 29,1 bilhões, o equivalente a 22% do orçamento aprovado para as despesas discricionárias.

⁹ Considera-se as despesas classificadas em RP 2 (despesas primárias discricionárias); RP 8 (emendas de bancada impositivas) e RP 9 (emendas de relator-geral). Note que as despesas bloqueadas são todas classificadas como RP 2 (despesas primárias discricionárias), estando discriminadas por conta de serem outra classificação.

TABELA 3. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E EMENDAS VETADAS E BLOQUEADAS POR ÓRGÃO SUPERIOR - EM R\$ MILHÕES

| Órgão | LOA 2021 aprovada* | Discricionárias vetadas | Emendas de comissão vetadas | Emendas de relator-geral vetadas | Bloqueios | LOA 201 após vetos e bloqueios | % da LOA aprovada |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------------------------|----------------|--------------------------------|-------------------|
| Ministério da Saúde | 25.601,9 | 836,8 | 325,0 | 1.066,5 | 40,5 | 23.333,0 | 91,1% |
| Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição | 18.200,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 18.200,5 | 100,0% |
| Ministério da Educação | 13.852,3 | 755,3 | 216,4 | 215,0 | 2.728,6 | 9.937,0 | 71,7% |
| Ministério da Defesa | 11.614,5 | 1.583,5 | 153,5 | 105,0 | 1.364,4 | 8.408,2 | 72,4% |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 16.995,8 | 2.661,8 | 476,0 | 5.509,2 | 855,0 | 7.493,8 | 44,1% |
| Poder Judiciário | 6.858,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6.858,8 | 100,0% |
| Ministério da Infraestrutura | 10.083,8 | 1.298,2 | 87,4 | 1.401,5 | 841,3 | 6.455,5 | 64,0% |
| Ministério da Economia | 6.055,5 | 85,3 | 2,0 | 22,3 | 1.406,4 | 4.539,4 | 75,0% |
| Ministério da Cidadania | 3.662,7 | 135,0 | 42,9 | 273,0 | 322,1 | 2.889,7 | 78,9% |
| Encargos Financeiros da União | 2.394,2 | 0,9 | 1,0 | 0,0 | 0,0 | 2.392,3 | 99,9% |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 3.137,3 | 102,8 | 29,1 | 743,6 | 283,2 | 1.978,6 | 63,1% |
| Poder Legislativo | 1.803,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.803,6 | 100,0% |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 2.324,2 | 223,1 | 39,1 | 325,0 | 264,0 | 1.473,1 | 63,4% |
| Ministério das Comunicações | 1.712,6 | 16,5 | 0,0 | 39,0 | 228,7 | 1.428,4 | 83,4% |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 1.769,2 | 28,0 | 4,5 | 259,0 | 372,3 | 1.105,4 | 62,5% |
| Operações Oficiais de Crédito | 1.085,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.085,2 | 100,0% |
| Ministério Público da União | 1.071,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.071,6 | 100,0% |
| Ministério de Minas e Energia | 883,8 | 18,4 | 0,0 | 0,0 | 141,2 | 724,3 | 81,9% |
| Ministério das Relações Exteriores | 777,8 | 1,2 | 0,2 | 0,0 | 225,4 | 551,1 | 70,9% |
| Ministério do Meio Ambiente | 677,6 | 14,5 | 13,7 | 211,6 | 0,0 | 437,7 | 64,6% |
| Ministério do Turismo | 716,1 | 53,0 | 42,4 | 317,0 | 88,1 | 215,7 | 30,1% |
| Presidência da República | 239,8 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 56,1 | 183,6 | 76,6% |
| Advocacia-Geral da União | 224,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 64,2 | 160,2 | 71,4% |
| Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 145,3 | 24,2 | 7,7 | 0,0 | 0,0 | 113,4 | 78,0% |
| Defensoria Pública da União | 63,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 63,1 | 100,0% |
| Controladoria-Geral da União | 49,5 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 3,2 | 46,2 | 93,4% |
| Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios | 15,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 15,1 | 100,0% |
| Gabinete da Vice-Presidência da República | 2,9 | | | | | 2,0 | 68,0% |
| Total | 132.019,4 | 7.838,8 | 1.441,1 | 10.487,8 | 9.285,4 | 102.966,4 | 78,0% |

Fonte: Siga Brasil, Mensagem de Veto da Lei nº 14.143/2021 e Decreto 10.686/2021. Elaboração: IFI.

* Desconsidera a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

III.2 Emendas de relator-geral

O valor aprovado pelo Congresso Nacional em emendas de relator-geral foi de R\$ 29 bilhões. Conforme ressaltado na seção anterior, o total dos cortes em emendas de relator-geral foi de R\$ 10,5 bilhões¹⁰.

A composição dessas despesas indica que o Ministério do Desenvolvimento Regional foi o que sofreu os maiores cortes. Conforme a Tabela 4, o Ministério recebeu R\$ 11,6 bilhões na aprovação da LOA. Os vetos foram de R\$ 5,5 bilhões (47,7% do aprovado). Mesmo com esse volume de cortes, o Ministério ainda apresenta o segundo maior valor em emendas de relator-geral (R\$ 6 bilhões). O primeiro órgão com maior número de emendas passou a ser o Ministério da Saúde, após os cortes, com R\$ 7,8 bilhões. O veto total na Saúde foi de R\$ 1,1 bilhão (12% do aprovado).

Foram vetadas todas as emendas de cinco ministérios: Justiça e Segurança Pública, Infraestrutura, Comunicações, Meio Ambiente e Turismo. Juntos, estes vetos somam R\$ 2,3 bilhões (21,2% do total de vetos). Assim, o total de emendas de relator-geral após sanção ficou em R\$ 18,5 bilhões.

TABELA 4. EMENDAS DE RELATOR-GERAL APROVADAS E VETADAS POR ÓRGÃO SUPERIOR - EM R\$ MILHÕES

| Órgão | LOA 2021 aprovada | Emendas de relator vetadas | Total Geral |
|-----------------------------------------------------|-------------------|----------------------------|------------------|
| Ministério da Saúde | 8.892,17 | 1.066,55 | 7.825,62 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 11.552,89 | 5.509,20 | 6.043,68 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 2.421,64 | 743,60 | 1.678,04 |
| Ministério da Cidadania | 1.375,50 | 273,00 | 1.102,50 |
| Ministério da Educação | 1.240,00 | 215,00 | 1.025,00 |
| Ministério da Defesa | 605,00 | 105,00 | 500,00 |
| Ministério da Economia | 372,30 | 22,30 | 350,00 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 264,00 | 259,00 | 5,00 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 325,00 | 325,00 | 0,00 |
| Ministério da Infraestrutura | 1.401,53 | 1.401,53 | 0,00 |
| Ministério das Comunicações | 39,00 | 39,00 | 0,00 |
| Ministério do Meio Ambiente | 211,61 | 211,61 | 0,00 |
| Ministério do Turismo | 317,00 | 317,00 | 0,00 |
| Total Geral | 29.017,64 | 10.487,80 | 18.529,84 |

Fonte: Siga Brasil, Mensagem de Veto da Lei nº 14.143/2021. Elaboração: IFI.

Nota: as despesas de relator-geral possuem o identificador de resultado primário RP 9.

III.3 Composição dos cortes na administração pública

A composição dos gastos discricionários nos anos de 2016 a 2020 pode ser observada na Tabela 5. A razão para a dotação de 2020 dar um salto se deve aos créditos extraordinários abertos no bojo da pandemia da Covid-19. O valor da dotação sancionada para 2021 é menor do que o valor pago em despesas em 2017.

Note que mesmo a LOA aprovada já previa um volume de despesas discricionárias abaixo do volume pago em 2019. Com os vetos e os bloqueios, o total de despesas discricionárias (sem incluir as emendas) ficou em R\$ 84,4 bilhões, menor que o volume de 2019 (R\$ 74,6 bilhões referem-se ao Executivo). É possível ver um detalhamento destas despesas por unidades orçamentárias na Tabela 6 (anexo).

TABELA 5. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS PAGAS DE 2016 A 2020 E DOTAÇÕES PARA 2021 – EM R\$ MILHÕES DE MAR/2021¹¹

| Órgãos | Despesas pagas | | | | | LOA 2021 | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------|--------|---------|---------|--------------------|--------------------|-----------------|----------------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020* | PLOA 2021 original | PLOA 2021 aprovado | Veto + bloqueio | PLOA 2021 sancionado |
| Poder Executivo** | 83.909 | 73.816 | 83.375 | 114.428 | 462.827 | 112.450 | 91.764 | 17.124 | 74.639 |
| Outros encargos | 8.759 | 3.811 | 6.651 | 5.438 | 63.101 | 33.709 | 21.694 | 1 | 21.693 |
| Secretaria de Portos | 69 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Secretaria de Políticas para as Mulheres | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Secretaria de Direitos Humanos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Secretaria de Aviação Civil | 845 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Secretaria de Assuntos Estratégicos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Secretaria da Micro e Pequena Empresa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Presidência da República | 773 | 1.299 | 1.347 | 449 | 450 | 252 | 240 | 56 | 184 |
| Ministério do Turismo | 152 | 142 | 156 | 108 | 178 | 381 | 357 | 141 | 216 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério do Trabalho | 2.882 | 471 | 456 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | 623 | 1.024 | 905 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério do Meio Ambiente | 748 | 702 | 679 | 606 | 321 | 457 | 452 | 15 | 438 |
| Ministério do Esporte | 270 | 186 | 189 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 1.311 | 1.600 | 1.146 | 1.242 | 4.381 | 5.007 | 4.967 | 3.517 | 1.450 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 831 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério de Minas e Energia | 3.945 | 414 | 5.873 | 37.671 | 1.105 | 885 | 884 | 160 | 724 |
| Ministério das Relações Exteriores | 1.499 | 1.478 | 1.630 | 1.618 | 1.787 | 815 | 778 | 227 | 551 |
| Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos | 171 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério das Comunicações | 208 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.679 | 1.674 | 245 | 1.428 |
| Ministério das Cidades | 620 | 569 | 489 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Segurança Pública | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Saúde | 15.013 | 19.625 | 19.311 | 19.772 | 49.358 | 23.574 | 16.385 | 877 | 15.507 |
| Ministério da Previdência Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

¹¹ Atualizado pelo IPCA de dezembro de cada ano. A tabela considera apenas RP 2 e ignora a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

| | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| Ministério da Pesca e Aquicultura | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 0 | 0 | 245 | 170 | 270 | 127 | 138 | 24 | 113 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 3.867 | 2.745 | 1.816 | 2.136 | 1.130 | 1.954 | 1.960 | 487 | 1.473 |
| Ministério da Infraestrutura | 485 | 771 | 753 | 962 | 5.281 | 8.945 | 8.595 | 2.139 | 6.455 |
| Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | 985 | 945 | 805 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Educação | 21.750 | 18.434 | 18.795 | 16.035 | 12.100 | 12.732 | 12.396 | 3.484 | 8.912 |
| Ministério da Economia | 3.771 | 3.465 | 3.774 | 7.082 | 6.098 | 5.890 | 5.681 | 1.492 | 4.189 |
| Ministério da Defesa | 5.814 | 5.562 | 7.719 | 12.055 | 8.678 | 11.288 | 10.856 | 2.948 | 7.908 |
| Ministério da Cultura | 502 | 454 | 485 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 3.627 | 3.664 | 3.706 | 3.145 | 3.360 | 1.546 | 1.501 | 400 | 1.100 |
| Ministério da Cidadania | 2.566 | 4.877 | 4.873 | 4.088 | 303.429 | 2.259 | 2.244 | 457 | 1.787 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.321 | 1.108 | 1.104 | 1.412 | 1.409 | 661 | 687 | 386 | 301 |
| Gabinete da Vice-Presidência da República | 3 | 0 | 0 | 8 | 4 | 3 | 3 | 1 | 2 |
| Controladoria-Geral da União | 78 | 73 | 79 | 76 | 69 | 53 | 49 | 3 | 46 |
| Advocacia-Geral da União | 418 | 396 | 390 | 357 | 315 | 235 | 224 | 64 | 160 |
| Poder Legislativo | 1.247 | 1.162 | 1.167 | 1.093 | 907 | 1.804 | 1.804 | 0 | 1.804 |
| Poder Judiciário | 5.162 | 6.022 | 5.804 | 5.044 | 3.875 | 6.859 | 6.859 | 0 | 6.859 |
| Ministério Público | 1.017 | 1.102 | 1.043 | 715 | 782 | 1.072 | 1.072 | 0 | 1.072 |
| Defensoria Pública da União | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 63 | 0 | 63 |
| Total Geral | 91.335 | 82.102 | 91.390 | 121.281 | 468.391 | 122.188 | 101.561 | 17.124 | 84.437 |

Fonte: SIOP, Siga Brasil, Mensagem de Veto da Lei nº 14.143/2021 e Decreto 10.686/2021. Elaboração: IFI.

* Considera créditos extraordinários.

** Desconsidera a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

IV – Anexo
TABELA 6: DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – EM R\$ MILHÕES¹²

| Órgão | PLoa 2021 original | PLoa 2021 aprovado | LOa 2021 vetos | LOa 2021 sancionada |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Poder Executivo* | 112.450,0 | 91.763,5 | 7.838,8 | 83.924,8 |
| Advocacia-Geral da União | 235,0 | 224,3 | 0,0 | 224,3 |
| Advocacia-Geral da União | 235,0 | 224,3 | 0,0 | 224,3 |
| Ministério da Educação | 12.732,1 | 12.396,0 | 755,3 | 11.640,6 |
| Fundos | 4.004,8 | 3.944,2 | 405,3 | 3.538,9 |
| Empresas | 822,5 | 837,6 | 67,8 | 769,8 |
| Ministério da Educação - Administração Direta | 1.264,3 | 1.165,6 | 148,7 | 1.016,9 |
| Outros órgãos do MEC | 223,0 | 216,0 | 1,3 | 214,7 |
| Universidades Federais | 2.772,5 | 2.671,4 | 104,5 | 2.566,9 |
| Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | 935,5 | 917,4 | 1,5 | 915,9 |
| Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior | 1.858,2 | 1.832,3 | 3,0 | 1.829,2 |
| Institutos Federais | 851,2 | 811,4 | 23,3 | 788,1 |
| Ministério da Economia | 5.889,5 | 5.681,1 | 85,3 | 5.595,8 |
| Fundos | 221,1 | 221,1 | 0,4 | 220,7 |
| Empresas | 148,3 | 148,3 | 0,0 | 148,3 |
| Ministério da Economia - Administração Direta | 953,1 | 900,8 | 58,1 | 842,6 |
| Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil | 1.721,1 | 1.721,1 | 0,6 | 1.720,5 |
| Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional | 363,1 | 363,1 | 1,2 | 361,9 |
| Banco Central do Brasil | 208,2 | 189,0 | 5,9 | 183,2 |
| Comissão de Valores Mobiliários | 31,3 | 31,3 | 0,1 | 31,2 |
| Superintendência Nacional de Previdência Complementar | 14,3 | 14,3 | 0,0 | 14,3 |
| SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO | 169,0 | 169,0 | 0,0 | 169,0 |
| Superintendência de Seguros Privados | 20,2 | 20,2 | 0,3 | 19,9 |
| CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB | 35,0 | 35,0 | 0,0 | 35,0 |
| Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro | 370,1 | 370,1 | 0,0 | 370,1 |
| Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI | 67,2 | 67,2 | 0,0 | 67,2 |
| Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | 59,1 | 59,1 | 0,1 | 59,1 |
| Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho | 10,4 | 9,7 | 0,3 | 9,4 |
| Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | 27,5 | 25,7 | 0,0 | 25,7 |
| Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | 273,1 | 140,1 | 18,1 | 122,0 |
| Fundação Escola Nacional de Administração Pública | 20,9 | 19,5 | 0,1 | 19,4 |
| Instituto Nacional do Seguro Social | 1.176,3 | 1.176,3 | 0,2 | 1.176,1 |
| Outros encargos | 33.708,9 | 21.694,0 | 0,9 | 21.693,0 |
| Fundos | 3.547,7 | 3.503,8 | 0,0 | 3.503,8 |
| Empresas | 431,5 | 431,5 | 0,0 | 431,5 |
| Universidades Federais | 2.592,4 | 2.592,4 | 0,0 | 2.592,4 |
| Institutos Federais | 1.043,9 | 1.043,9 | 0,0 | 1.043,9 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia | 1.398,3 | 1.314,4 | 0,9 | 1.313,5 |
| Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia | 106,7 | 100,3 | 0,0 | 100,3 |
| Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia | 16,0 | 15,1 | 0,0 | 15,1 |
| Reserva de Contingência | 9.054,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros | 15.517,7 | 12.692,5 | 0,0 | 12.692,5 |
| Controladoria-Geral da União | 52,5 | 49,4 | 0,0 | 49,4 |

¹² Identificador de resultado primário RP 2.

| Órgão | PLOA 2021 original | PLOA 2021 aprovado | LOA 2021 vetos | LOA 2021 sancionada |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Gabinete da Vice-Presidência da República | 3,1 | 2,9 | 0,0 | 2,9 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 660,9 | 686,6 | 102,8 | 583,7 |
| Fundos | 6,6 | 6,6 | 0,6 | 6,0 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta | 315,9 | 332,2 | 50,0 | 282,2 |
| Serviço Florestal Brasileiro - SFB | 10,9 | 10,8 | 1,3 | 9,4 |
| Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA | 208,9 | 216,3 | 44,9 | 171,4 |
| Empresas | 118,5 | 120,6 | 6,0 | 114,6 |
| Ministério da Cidadania | 2.258,7 | 2.244,3 | 135,0 | 2.109,3 |
| Fundos | 1.085,5 | 1.087,1 | 3,3 | 1.083,8 |
| Ministério da Cidadania - Administração Direta | 1.173,2 | 1.157,2 | 131,7 | 1.025,5 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 1.545,5 | 1.500,7 | 28,0 | 1.472,7 |
| Fundos | 510,1 | 510,1 | 0,0 | 510,1 |
| Empresas | 13,4 | 12,6 | 0,0 | 12,6 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta | 361,9 | 350,4 | 24,2 | 326,3 |
| Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 428,1 | 403,4 | 0,0 | 403,4 |
| Comissão Nacional de Energia Nuclear | 149,7 | 146,8 | 2,6 | 144,2 |
| Agência Espacial Brasileira | 82,3 | 77,4 | 1,2 | 76,2 |
| Ministério da Defesa | 11.287,6 | 10.856,1 | 1.583,5 | 9.272,5 |
| Fundos | 1.656,0 | 1.628,9 | 10,8 | 1.618,2 |
| Empresas | 1.643,2 | 1.643,2 | 0,0 | 1.643,2 |
| Ministério da Defesa - Administração Direta | 631,1 | 607,6 | 178,6 | 428,9 |
| Comando da Aeronáutica | 2.677,2 | 2.502,0 | 285,4 | 2.216,7 |
| Comando do Exército | 2.240,1 | 2.072,6 | 457,4 | 1.615,1 |
| Outros órgãos da Defesa | 2.439,9 | 2.401,8 | 651,3 | 1.750,4 |
| Ministério da Infraestrutura | 8.944,9 | 8.594,9 | 1.298,2 | 7.296,7 |
| Fundos | 234,4 | 256,4 | 36,1 | 220,4 |
| Empresas | 1.802,8 | 1.700,8 | 49,4 | 1.651,3 |
| Ministério da Infraestrutura - Administração Direta | 206,6 | 203,1 | 27,2 | 175,9 |
| Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT | 318,2 | 318,2 | 0,2 | 318,0 |
| Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ | 39,8 | 39,8 | 0,0 | 39,8 |
| Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT | 6.218,3 | 5.951,8 | 1.181,5 | 4.770,3 |
| Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC | 124,7 | 124,7 | 3,7 | 121,0 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 1.953,6 | 1.960,1 | 223,1 | 1.737,0 |
| Fundos | 163,3 | 163,2 | 77,9 | 85,3 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | 78,4 | 114,6 | 42,4 | 72,2 |
| Arquivo Nacional | 15,4 | 14,5 | 0,0 | 14,5 |
| Departamento de Polícia Rodoviária Federal | 770,0 | 770,3 | 28,3 | 742,0 |
| Departamento de Polícia Federal | 804,5 | 780,7 | 66,6 | 714,1 |
| Fundação Nacional do Índio - FUNAI | 79,5 | 74,8 | 4,4 | 70,5 |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade | 42,5 | 42,1 | 3,7 | 38,4 |
| Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 127,4 | 137,6 | 24,2 | 113,4 |
| Fundos | 7,3 | 7,3 | 0,4 | 6,9 |
| Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta | 120,1 | 130,3 | 23,8 | 106,6 |
| Ministério da Saúde | 23.573,9 | 16.384,7 | 836,8 | 15.547,9 |
| Fundos | 21.043,9 | 13.974,0 | 701,1 | 13.272,9 |
| Empresas | 516,4 | 516,4 | 1,0 | 515,4 |
| Fundação Oswaldo Cruz | 1.139,8 | 1.140,2 | 20,5 | 1.119,7 |
| Fundação Nacional de Saúde | 567,5 | 447,8 | 113,7 | 334,1 |
| Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA | 195,6 | 195,6 | 0,0 | 195,6 |
| Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS | 110,8 | 110,8 | 0,5 | 110,3 |

| Órgão | PLOA 2021 original | PLOA 2021 aprovado | LOA 2021 vetos | LOA 2021 sancionada |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Ministério das Comunicações | 1.678,7 | 1.673,6 | 16,5 | 1.657,1 |
| Fundos | 13,7 | 13,7 | 0,3 | 13,3 |
| Empresas | 1.244,6 | 1.239,6 | 0,0 | 1.239,6 |
| Ministério das Comunicações - Administração Direta | 228,8 | 228,8 | 15,5 | 213,3 |
| Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL | 191,6 | 191,6 | 0,6 | 191,0 |
| Ministério das Relações Exteriores | 815,3 | 777,6 | 1,2 | 776,5 |
| Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta | 813,0 | 775,5 | 1,1 | 774,5 |
| Fundação Alexandre de Gusmão | 2,3 | 2,1 | 0,1 | 2,0 |
| Ministério de Minas e Energia | 884,5 | 883,8 | 18,4 | 865,4 |
| Empresas | 427,5 | 424,6 | 6,4 | 418,1 |
| Ministério de Minas e Energia - Administração Direta | 113,6 | 112,9 | 8,5 | 104,4 |
| Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP | 142,3 | 142,3 | 0,5 | 141,8 |
| Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL | 132,2 | 132,2 | 0,0 | 132,2 |
| Agência Nacional de Mineração - ANM | 68,9 | 71,8 | 2,9 | 68,9 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 5.007,1 | 4.966,9 | 2.661,8 | 2.305,1 |
| Fundos | 13,7 | 63,7 | 51,5 | 12,2 |
| Empresas | 511,3 | 716,6 | 293,1 | 423,5 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta | 4.120,0 | 3.721,8 | 2.179,5 | 1.542,3 |
| Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia | 12,5 | 33,4 | 26,9 | 6,4 |
| Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste | 11,4 | 15,0 | 5,2 | 9,8 |
| Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS | 124,8 | 189,7 | 83,6 | 106,1 |
| Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO | 16,5 | 30,1 | 21,7 | 8,4 |
| Agência Nacional de Águas - ANA | 196,7 | 196,7 | 0,2 | 196,5 |
| Ministério do Meio Ambiente | 457,5 | 452,3 | 14,5 | 437,7 |
| Fundos | 8,4 | 8,4 | 7,6 | 0,8 |
| Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta | 39,5 | 38,2 | 3,9 | 34,2 |
| Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | 261,0 | 261,0 | 0,3 | 260,7 |
| Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ | 17,3 | 16,6 | 1,7 | 14,9 |
| Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade | 131,2 | 128,1 | 1,0 | 127,1 |
| Ministério do Turismo | 381,2 | 356,7 | 53,0 | 303,7 |
| Fundos | 38,5 | 38,5 | 11,1 | 27,4 |
| Ministério do Turismo - Administração Direta | 144,7 | 138,7 | 37,4 | 101,3 |
| Fundação Casa de Rui Barbosa | 3,6 | 3,3 | 0,1 | 3,3 |
| Fundação Biblioteca Nacional - BN | 17,9 | 16,8 | 0,1 | 16,7 |
| Fundação Cultural Palmares | 6,0 | 5,5 | 0,4 | 5,1 |
| Fundação Nacional de Artes | 30,0 | 28,0 | 0,7 | 27,3 |
| Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | 77,9 | 67,4 | 2,1 | 65,3 |
| Agência Nacional do Cinema - ANCINE | 22,8 | 20,9 | 0,0 | 20,9 |
| Instituto Brasileiro de Museus | 39,9 | 37,4 | 1,1 | 36,4 |
| Presidência da República | 252,0 | 239,8 | 0,1 | 239,7 |
| Fundos | 47,0 | 47,0 | 0,0 | 47,0 |
| Presidência da República | 130,4 | 122,6 | 0,1 | 122,5 |
| Agência Brasileira de Inteligência - ABIN | 58,5 | 55,0 | 0,0 | 55,0 |
| Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | 16,1 | 15,2 | 0,0 | 15,2 |
| Poder Judiciário | 6.858,8 | 6.858,8 | 0,0 | 6.858,8 |
| Fundos | 732,1 | 732,1 | 0,0 | 732,1 |
| Tribunais | 5.990,0 | 5.990,0 | 0,0 | 5.990,0 |
| Conselho Superior da Justiça do Trabalho | 10,0 | 10,0 | 0,0 | 10,0 |
| Justiça da Infância e da Juventude | 12,6 | 12,6 | 0,0 | 12,6 |
| Conselho Nacional de Justiça | 114,1 | 114,1 | 0,0 | 114,1 |
| Poder Legislativo | 1.803,6 | 1.803,6 | 0,0 | 1.803,6 |
| Câmara dos Deputados | 915,7 | 915,7 | 0,0 | 915,7 |

| Órgão | PLOA 2021 original | PLOA 2021 aprovado | LOA 2021 vetos | LOA 2021 sancionada |
|----------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Fundos | 34,6 | 34,6 | 0,0 | 34,6 |
| Senado Federal | 569,3 | 569,3 | 0,0 | 569,3 |
| Tribunal de Contas da União | 284,0 | 284,0 | 0,0 | 284,0 |
| Ministério Público da União | 1.071,6 | 1.071,6 | 0,0 | 1.071,6 |
| Ministério Público Federal | 587,3 | 587,3 | 0,0 | 587,3 |
| Ministério Público Militar | 34,5 | 34,5 | 0,0 | 34,5 |
| Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios | 93,8 | 93,8 | 0,0 | 93,8 |
| Ministério Público do Trabalho | 304,0 | 304,0 | 0,0 | 304,0 |
| Escola Superior do Ministério Público da União | 17,3 | 17,3 | 0,0 | 17,3 |
| Conselho Nacional do Ministério Público | 34,7 | 34,7 | 0,0 | 34,7 |
| Defensoria Pública da União | 3,6 | 63,1 | 0,0 | 63,1 |
| Total Geral | 122.187,7 | 101.560,7 | 7.838,8 | 93.722,0 |

Fonte: Siga Brasil e Lei nº 14.143/2021. Elaboração: IFI.

* Desconsidera a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.



 /INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE

 @IFIBrasil

 @ifibrasil

 /company/instituição-fiscal-independente

 /instituiçãoofiscalindependente

 github.com/ifibrasil

ifi@senado.leg.br / (61) 3303-2875